

REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTOS DE ESPECTÁCULOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

PREÂMBULO

O presente Regulamento visa disciplinar os procedimentos necessários do licenciamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos, e manutenção das condições técnicas e de segurança após o licenciamento.

Na verdade, o Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro, e o Decreto -Regulamentar n.º34/95, de 16 de Dezembro, que estabelecem um novo regime jurídico sobre este tema, transferiram para a tutela das câmaras municipais, a verificação das normas técnicas e de segurança dos recintos cuja finalidade principal não seja a realização de actividades artísticas, nomeadamente no que respeita ao licenciamento de recintos itinerantes e/ou improvisados, e à licença accidental de recintos para espectáculos de natureza artística.

Daí a necessidade urgente de proceder à regulamentação das normas jurídicas sobre a instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e divertimentos públicos, constantes dos diplomas citados, nomeadamente quanto às matérias previstas nos artigos 20º a 23º, 35º, 40º e 46º. do Decreto-Lei n.º315/95.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º

Legislação habilitante e aprovação

Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112º, e artigo 241º, ambos da Constituição da República Portuguesa, em conjugação com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64º, e alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em vista o estabelecido no Decreto- Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro, é aprovado o presente Regulamento.

ARTIGO 2º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se a toda a área geográfica do Município da Trofa.

ARTIGO 3º

Objecto

1. O presente Regulamento tem por objecto a definição dos procedimentos para a emissão de licença de recinto de espectáculos e divertimentos públicos na área

do município, e bem assim, os procedimentos a seguir para assegurar a manutenção das condições técnicas e de segurança constantes do Decreto Regulamentar n.º34/95, de 16 de Dezembro, em todos os recintos destinados a espectáculos e divertimentos públicos, cuja finalidade principal não seja a realização de actividades artísticas.

2. Entende-se por recintos cuja finalidade principal é a realização de actividades artísticas, nomeadamente:
 - a) Os teatros;
 - b) Os cinemas;
 - c) Os cine-teatros
 - d) Os coliseus;
 - e) Os auditórios;
 - f) As praças de touros fixas.

CAPÍTULO II

INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTOS DE ESPECTÁCULOS E DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

ARTIGO 4º

Obrigatoriedade do licenciamento

1. Estão sujeitos a licenciamento municipal:
 - a) A abertura e funcionamento de recintos de espectáculos e divertimentos públicos que não envolvam a realização de obras de construção civil, nem impliquem a alteração da topografia local;
 - b) A realização accidental de espectáculos de natureza artística em recintos cuja actividade principal seja diversa e que não se encontrem abrangidos pela licença de utilização, nem pelo certificado de vistoria definido no artigo 15º deste Regulamento.
2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior consideram-se:
 - a) Recintos itinerantes os que possuem área delimitada, coberta ou não, com características amovíveis e que pelos seus aspectos de construção se podem fazer deslocar e instalar, nomeadamente:
 - Circos e praças de touros ambulantes;
 - Barracas de diversão;
 - Pistas de automóveis;
 - Carrosséis e outros divertimentos similares.
 - b) Recintos improvisados, aqueles cujas características construtivas ou adaptações sejam precárias, ou montados temporariamente para um fim específico, quer em lugares públicos ou privados, com delimitação ou não de espaço, podendo ainda ser cobertos ou descobertos, nomeadamente:
 - Redondéis;
 - Garagens;
 - Barracões e outros espaços similares;
 - Palanques;
 - Estrados;
 - Bancadas.

ARTIGO 5º

Espectáculos de âmbito familiar

Para efeitos deste Regulamento não são considerados espectáculos e divertimentos públicos os que, sendo de natureza familiar, se realizem sem fins lucrativos, para recreio dos membros da família e convidados, quer tenham lugar no próprio lar familiar, quer em recinto obtido para o efeito.

ARTIGO 6º

Procedimento

1. Os interessados na obtenção da licença de recinto itinerante ou improvisado, ou da licença accidental de recinto para espectáculos de natureza artística referidos, respectivamente, nas alíneas a) e b), do n.º1, do artigo 4º deverão efectuar o respectivo pedido através de requerimento, do qual conste:
 - a) A identificação e residência ou sede do requerente;
 - b) A indicação do local de funcionamento;
 - c) O período de duração da actividade;
 - d) A lotação prevista;
 - e) O tipo de licença pretendida.
2. O requerimento deverá ser acompanhado da documentação exigida para o efeito, podendo a Câmara Municipal, no prazo de três dias, solicitar outros elementos se aqueles se mostrarem insuficientes.
3. A Câmara Municipal, após a realização da respectiva vistoria, se for caso disso, pronunciar-se-á no prazo de cinco dias a contar da data da apresentação do requerimento ou dos elementos solicitados nos termos do número anterior.
4. A competência para a emissão das licenças referidas é do Presidente da Câmara, que pode delegá-la em qualquer vereador.
5. A licença de recinto itinerante, improvisado ou accidental é válida pelo período que for fixado pela Câmara Municipal.
6. Para efeitos da emissão a licença accidental de recinto, sempre que entenda necessário, a Câmara Municipal poderá consultar a Direcção-Geral dos Espectáculos, ao abrigo do disposto no n.º2 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º315/95, de 28 de Novembro.
7. As licenças referidas neste artigo deverão ser requeridas com, pelo menos, oito dias de antecedência. O pedido de concessão da licença accidental de recinto deverá ser deferido ou indeferido até seis horas antes da hora marcada para o início do espectáculo, à excepção dos dias não úteis e feriados.
8. O requerimento referido no número anterior pode também dar entrada até ao quarto dia anterior ao espectáculo, pagando o requerente uma taxa equivalente ao dobro da prevista, sendo de três dias o prazo referido no n.º3.

ARTIGO 7º

Conteúdo do alvará das licenças de recinto improvisado, itinerante e accidental de recinto

Do alvará das licenças de recinto itinerante, improvisado ou acidental de recinto devem constar as seguintes indicações:

- a) A denominação do recinto;
- b) O nome da entidade exploradora do recinto;
- c) A actividade ou actividades a que o recinto se destina;
- d) A lotação do recinto para cada uma das actividades referidas na alínea anterior;
- e) A data da sua emissão e o prazo de validade da licença;
- f) Condicionantes para o seu funcionamento, se as houver.

ARTIGO 8º

Espectáculos ao vivo

1. Nenhum espectáculo de natureza artística ao vivo poderá ser realizado sem comunicação à Direcção-Geral de Espectáculos, com a antecedência mínima de vinte e quatro horas, para efeitos de verificação da necessidade da presença do piquete dos bombeiros.
2. Em caso de necessidade da presença do piquete dos bombeiros, observar-se-á o disposto no artigo 37º do Decreto-Lei n.º315/95, de 28 de Novembro.

ARTIGO 9º

Indeferimento do pedido de licença

1. O pedido de concessão de licença de recinto itinerante ou improvisado será indeferido:
 - a) Se o local a licenciar não possuir licença do Governo Civil do Distrito, quando tal seja obrigatório;
 - b) Se a vistoria a que se refere o n.º3 do artigo 6º se pronunciar nesse sentido.
2. O pedido de concessão da licença acidental de recinto será indeferido nos casos referidos no número anterior, e ainda se o proprietário do local não tiver requerido licença de utilização, nos casos em que é obrigatório.

ARTIGO 10º

Documentos a apresentar para recintos itinerantes

1. É obrigatório apresentar para efeitos de licenciamento de recintos itinerantes:
 - a) Apólice de seguro contra terceiros;
 - b) Termo de responsabilidade assinado por um técnico habilitado para o efeito, ou, na sua ausência, pela entidade exploradora, tendo em vista garantir que a mesma verificou as condições específicas em que o recinto ou divertimento foi montado e a fiabilidade dos respectivos componentes.
2. Os serviços técnicos municipais poderão, nos casos em que a complexidade do

- recinto ou divertimento assim o justifique, exigir que o termo de responsabilidade seja assinado por um técnico habilitado.
3. No caso de praças de touros desmontáveis e circos ambulantes é obrigatório a apresentação de projecto e memória descritiva.
 4. O referido no número anterior é extensível a divertimentos, sempre que a sua complexidade assim o justifique.

ARTIGO 11º

Documentos a apresentar para recintos improvisados e licença accidental de recinto

1. É obrigatório apresentar para efeitos de licenciamento de recintos improvisados:
 - a) Apólice de seguro contra terceiros;
 - b) Termo de responsabilidade assinado por um técnico habilitado para o efeito, ou, na sua ausência, pela entidade exploradora, tendo em vista garantir que a mesma verificou as condições específicas em que o recinto ou divertimento foi montado e a fiabilidade dos respectivos componentes.
2. Os serviços técnicos municipais poderão, nos casos em que a complexidade do recinto ou divertimento assim o justifique, exigir que o termo de responsabilidade seja assinado por um técnico habilitado para o efeito.
3. Para o licenciamento de recintos improvisados ou concessão de licenças accidentais de recinto, em recintos com barracões, garagens, ou outros recintos congêneres, ou ainda estádios de futebol ou pavilhões desportivos e similares, em que se perspetive lotações superiores a 500 pessoas, é exigida a apresentação de um projecto e memória descritiva sobre a ocupação de espaço, assim como a indicação da respectiva lotação prevista.
4. No caso de palcos e bancadas de grandes dimensões e outras estruturas congêneres, é exigido um projecto e memória descritiva, os quais, nos restantes casos de estruturas similares, os serviços técnicos municipais poderão dispensar.

ARTIGO 12º

Autenticação de bilhetes

1. Nos espectáculos artísticos em recintos referidos no artigo anterior, é obrigatória a prévia consulta à Câmara Municipal antes da entidade exploradora colocar à venda os bilhetes para os respectivos espectáculos, desde que a lotação dos mesmos seja superior a 1500 lugares.
2. Se a Câmara Municipal assim o entender, os bilhetes serão autenticados conforme o disposto no artigo 23º do Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de Novembro.

ARTIGO 13º

Cedência de terrenos

Não haverá lugar à devolução das importâncias recebidas das entidades que tenham

arrematado terrenos camarários para a instalação de recintos improvisados ou itinerantes destinados a espectáculos e divertimentos públicos, no caso de se verificar posteriormente que os mesmos não reúnem as condições necessárias para o seu licenciamento.

ARTIGO 14º

Recintos fixos de diversão

1. os recintos fixos de diversão pública, carecem para o seu funcionamento, de licença de utilização, nomeadamente os seguintes:
 - Discotecas;
 - Bares com música ao vivo;
 - Salas de baile;
 - Salões de jogos;
 - Salões polivalentes, e outros similares.
2. Cumulativamente, tendo em vista garantir a manutenção das condições técnicas e de segurança específicas dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos, serão realizadas vistorias com periodicidade de três anos e com carácter de obrigatoriedade para a exploração destes recintos.
3. Nos recintos de 5ª categoria (classificação obtida nos termos do artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º34/95, de 16 de Dezembro), as vistorias só serão realizadas com periodicidade definida se, após a análise das condições técnicas e de segurança pelos serviços técnicos municipais respectivos, tal for julgado conveniente.
4. Com base no auto de vistoria será emitido um certificado de vistoria, nos termos do artigo 15º, que deve ser afixado em local bem visível à entrada do recinto.
5. As entidades exploradoras destes recintos deverão requerer uma nova vistoria aos serviços técnicos municipais competentes, 60 dias antes de expirar o prazo indicado no certificado de vistoria.
6. Os recintos com o certificado de vistoria não necessitam da licença accidental de recinto para a realização de espectáculos de natureza artística, desde que a actividade se encontre prevista no mesmo.
7. A vistoria para efeito de emissão de certificado de vistoria, sempre que possível, será realizada em simultâneo com a vistoria para a emissão da licença de utilização.

ARTIGO 15º

Conteúdo do certificado da vistoria

O certificado de vistoria a emitir, após a homologação pelo Presidente da Câmara Municipal ou vereador em quem ele delegar, deve conter as seguintes indicações:

- a) A designação do recinto;
- b) O nome da entidade exploradora;
- c) A actividade ou actividades a que o recinto se destina;
- d) A lotação do recinto para cada uma das actividades referidas na alínea anterior;

e) A data da emissão.

ARTIGO 16º
Designação da comissão de vistorias

1. A emissão das licenças referidas no artigo 3º deste Regulamento pode ficar condicionada a parecer de uma comissão técnica de vistorias.
2. São designados para membros efectivos da comissão técnica de vistorias, o delegado municipal de espectáculos, um representante da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, um elemento dos Bombeiros Voluntários da Trofa e, eventualmente, um representante da autoridade sanitária.

CAPÍTULO III
FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

ARTIGO 17º
Fiscalização

1. A fiscalização do cumprimento do disposto no presente Regulamento compete aos serviços da Câmara Municipal e a outras autoridades policiais e administrativas.
2. As autoridades policiais e administrativas que verifiquem infracções ao disposto no presente Regulamento levantarão os respectivos autos de notícia e deverão remetê-los à Câmara Municipal, no prazo máximo de vinte e quatro horas.

ARTIGO 18º
Embargo

1. As obras executadas em desrespeito das condições técnicas e de segurança a que deve obedecer o recinto, e do regime jurídico da urbanização e da edificação, instituído pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, serão embargadas pelo Presidente da Câmara.
2. O embargo poderá também ser decretado pelo Presidente da Câmara, se a obra estiver dispensada ou tiver sido dispensada de licenciamento ou autorização municipal, nos casos em que não se tenham observado as normas legais e regulamentares constantes de instrumento de gestão territorial, e as normas técnicas de construção, nos termos do disposto nos artigos 7º, n.º6, e 102º do Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção.
3. Aos embargos referidos nos números anteriores aplica-se a tramitação constante do artigo 102º do referido Decreto-Lei n.º555/99.

ARTIGO 19º

Contra-ordenações

Constituem contra-ordenações puníveis com as seguintes coimas:

- a. De 75,00 euros a 1.500,00 euros e de 125,00 euros a 2.500,00 euros, conforme seja praticada por pessoa singular ou colectiva, respectivamente, a violação do disposto nos n.º1 e 2 do artigo 14º e a falta de pedido de renovação do certificado de vistoria, após a respectiva caducidade, salvo tratando-se de recinto de 5ª categoria (classificação obtida nos termos do artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º34/95, de 16 de Dezembro);
- b. De 50,00 euros a 1000,00 euros e de 100,00 euros a 2000,00 euros, conforme seja praticada por pessoa singular ou colectiva, respectivamente, a violação do disposto no n.º1 do artigo 4º;
- c. De 37,50 euros a 750,00 euros e de 75,00 euros a 1.500,00 euros conforme seja praticada por pessoa singular ou colectiva, respectivamente, a falta de renovação do certificado de vistoria, após a respectiva caducidade, fixada nos termos do n.º3 do artigo 14º do presente Regulamento, e a apresentação do requerimento da renovação do certificado de vistoria fora do prazo referido no n.º5 do artigo 14º, salvo tratando-se de recinto de 5ª categoria (classificação obtida nos termos do artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º34/95, de 16 de Dezembro);
- d. De 25,00 euros a 250,00 euros e de 50,00 euros a 500,00 euros, conforme seja praticada por pessoa singular ou colectiva, respectivamente, a apresentação do requerimento da renovação do certificado de vistoria fora do prazo referido no n.º5 do artigo 14º, no caso de recintos de 5ª categoria (classificação obtida nos termos do artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º34/95 de 16 de Dezembro).

ARTIGO 20º

Medida da coima

A determinação da medida da coima far-se-á em função da gravidade da contra-ordenação, da culpa, da situação económica do infractor, e da existência ou não de reincidência.

ARTIGO 21º

Negligência e tentativa

Nas contra-ordenações referidas no artigo 19º a negligência e a tentativa serão sempre puníveis.

ARTIGO 22º

Sanções acessórias

1. Além da coima, podem ser aplicadas ao infractor as seguintes sanções acessórias:
 - a) Encerramento do recinto;
 - b) Revogação total ou parcial das licenças de recinto previstas no presente Regulamento.

2. As sanções referidas no número anterior têm a duração máxima de um ano.

ARTIGO 23º

Competência para a instrução e aplicação de sanções

A instrução dos processos de contra-ordenação e aplicação das coimas e sanções acessórias por violação de normas contidas neste Regulamento é da competência do Presidente da Câmara Municipal podendo este delegar em qualquer dos restantes membros da Câmara a respectiva instrução, aplicação de coimas e sanções acessórias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 24º

Taxas

Pela emissão das licenças e realização das vistorias a que se referem o artigo 4º, 14º e 29º deste Regulamento é devido o pagamento das respectivas taxas, constantes na Tabela anexa ao Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços Municipais.

ARTIGO 25º

Pagamento de taxas

1. Todas as taxas serão cobradas no acto da apresentação do respectivo pedido.
2. A desistência do pedido implica a perda, a favor da Câmara Municipal, das taxas pagas nos termos do número anterior.

ARTIGO 26º

Isenção de taxas

1. Estão isentos das taxas a que se refere o presente Regulamento:
 - a) O Estado e as demais pessoas colectivas públicas;
 - b) As instituições particulares de solidariedade social;
 - c) As pessoas colectivas de utilidade pública.
2. A Câmara Municipal poderá ainda isentar das taxas entidades singulares ou colectivas que promovam iniciativas cujos fins sejam essencialmente de carácter social, desportivo e cultural.
3. O disposto nos n.º1 e 2 do presente artigo não se aplica às importâncias devidas aos peritos, aquando das vistorias aos recintos.

ARTIGO 27º

Vistoria

A vistoria a que se refere o n.º3 do artigo 6º deste Regulamento destina-se a verificar a adequação do recinto, em termos funcionais, ao uso previsto, bem como a observância das normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º315/95, de 28 de Novembro, e legislação complementar.

ARTIGO 28º

Omissões

Em tudo não especialmente previsto neste Regulamento aplicar-se-á o regime previsto no Decreto-Lei n.º315/95, de 28 de Novembro.

ARTIGO 29º

Certificado de vistoria para recintos fixos já abertos ao público

Após a entrada em vigor deste Regulamento, as entidades exploradoras dos recintos de diversão referidos no artigo 14º deverão solicitar, no prazo de 60 dias, a realização de uma vistoria, tendo em vista a emissão de um certificado de vistoria.

ARTIGO 30º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a afixação, nos lugares públicos do costume, dos editais que publicitem a sua aprovação.